

A QUESTÃO DO MÉTODO NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA: SÉCULO XIX

Márcia A. G. Molina (UNISA-SP)
maguemol@yahoo.com.br

Partimos neste trabalho da seguinte afirmação Nietzsche (1873): "Só devemos interpretar o passado através do que há de mais forte no presente". O que há de mais forte em nossa área de atuação, que nos incomoda e intriga e poucos são as ações efetivas que resultam em bons resultados? Para mim, o ensino da língua portuguesa, o material didático, o método mesmo de ensino. Intrigados com o fato, fomos estudar o passado, procurando históriá-lo, na busca de analisar o presente e melhor compreendê-lo. Assim, à luz da *História das Ideias Linguísticas*, em especial Auroux, analisamos, no doutorado, uma das gramáticas mais utilizadas no século XX, a de Eduardo Carlos Pereira, verificando tratar-se de uma obra muito importante, com inúmeras edições, instruindo vários importantes vultos brasileiros. Essa gramática, ao mesmo tempo em que muito se aproximava de obras de séculos anteriores, apresentava discussões inovadoras, acompanhando, algumas vezes, as diretrizes da Gramática Histórico-Comparativa. Constatamos que logo em seu *Prefácio*, o autor tem preocupação com o ensino e o método, mas nisso quase nada apresenta de inovador. No pós-doutorado, fomos ao século XIX, às gramáticas brasileiras da primeira infância e, qual não foi nossa surpresa ao já percebermos também em algumas delas uma importante preocupação com o ensino, com o método, com a aprendizagem da língua.

Essa preocupação, não era exclusividade dos estudiosos brasileiros, ao contrário, transpunha (ou transpõe?) continentes: Vasconceloz, autor português, em sua *Grammatica Portuguesa*, editada no Porto, mas também utilizada no Brasil, em meados do século XIX, asseverava:

O ensino gramatical nas nossas escolas ainda geralmente se faz pelos velhos processos, incoerentes, arbitrários, metafísicos, que, longe de imprimirem conveniente orientação ao espírito do adolescente, lhe dão uma noção falsa da língua e da gramática, e apenas servem para lhe fati-

gar sem proveito a memória com a fixação de paradigmas e regras, cujo fundamento fica sendo uma incógnita para o aluno, como para toda a gente, e cuja exatidão é muitas vezes desmentida pelos fatos. (Prólogo da 1 edição).

Poucos anos depois, Cândido de Figueiredo em sua *Gramática das Crianças* (1918, p. 5) criticava:

Em geral, os gramáticos de mais competência e saber não escreveram para crianças. Homens de ciência, adestrados a técnica da alta Filologia, dificilmente baixam de sua elevada esfera, para que os ouçam e os compreendam as pequenas criaturas, que procuram o primeiro ensinamento metódico da arte da falar e escrever a sua língua; e o modesto professor, que fala a essas crianças (...) acata o processo dos sábios, tentando transmiti-lo a quem tarde o compreenderá.

Restaino (2009) lembra que até meados do século XIX, o ensino da Gramática Nacional estava associado ao conhecimento do professor ou preceptor, que o transmitia aos alunos por meio de ditados ou de suas “postillas”. Somente em 1856 é que o *Compêndio* do Prof. Cyrillo Dilermano é adotado no Colégio Pedro II.

Embora os alunos desse colégio pertencessem, na sua maioria, à elite brasileira (FÁVERO, 2002) e, portanto, já dominando o padrão-culto de nossa língua, o colégio Imperial começava a ser frequentado por aqueles que precisariam adquiri-la na escola.

A adoção daquele *Compêndio* foi uma tentativa de sistematizar um trabalho intuitivo até então guiado somente pela experiência e sensibilidade dos mestres.

Somada a essa questão de método, outra se impunha: a da língua. Que língua era a nossa? Os valores do Romantismo começavam a ser aqui difundidos, defendendo o elemento nacional, assim, em 1855, Joaquim Norberto de Souza e Silva, redarguia:

Já alguém nos lançou em rosto que não temos literatura nacional, porque não temos língua; ficou porém provado a toda a luz que a literatura de um povo é a voz de sua inteligência e que da influência do nosso clima, da configuração do nosso terreno, da fisionomia de nossos vegetais, do aspecto da natureza do nosso país (...) tudo tão dessemelhante de Portugal, devia resultar uma tal ou qual modificação nessa literatura, embora portuguesa, mas produzida por brasileiros. (...)

Ora, o que se tem dado com a literatura é o que ainda não se deu com a língua (...) (SOUZA, 2002, p. 341, 342)

Nessa mesma época, foram acrescentadas ao programa do Colégio Pedro II, aulas de leitura, recitação e ortografia.

Vale recordar que a concepção de leitura na ocasião estava circunscrita à noção de fluidez:

A leitura, para se tornar verdadeiramente proveitosa, tem de obedecer a determinadas regras. De contrário redundará em pura perda, ou até dá resultados nocivos. Não basta ler: torna-se necessário saber ler (...)

A maior parte da gente lê mal, porque lê depressa (...) a leitura precipitada nunca dá resultado (...) (VIANA, 1949, p. 24)

De forma sucinta, então, esse era o contexto:

– buscava-se uma sistematização dos estudos de língua portuguesa a fim de se atender à diversidade de alunos que chegava à escola:

– buscava-se um material que fosse adequado ao ensino das crianças;

– buscava-se um material que pudesse circular pela malha social, auxiliando a difundir os valores da época: respeito, nacionalidade, identidade etc.

É sobre uma obra criada para procurar atender a essas necessidades que versa nosso trabalho: *A Gramática da Infância*, do cônego Pinheiro, em especial, analisaremos sua parte introdutória, "Aos leitores" e o "Prefácio", passando brevemente pelo seu conteúdo, para que possamos refletir acerca das orientações seguidas pelo referido cônego.

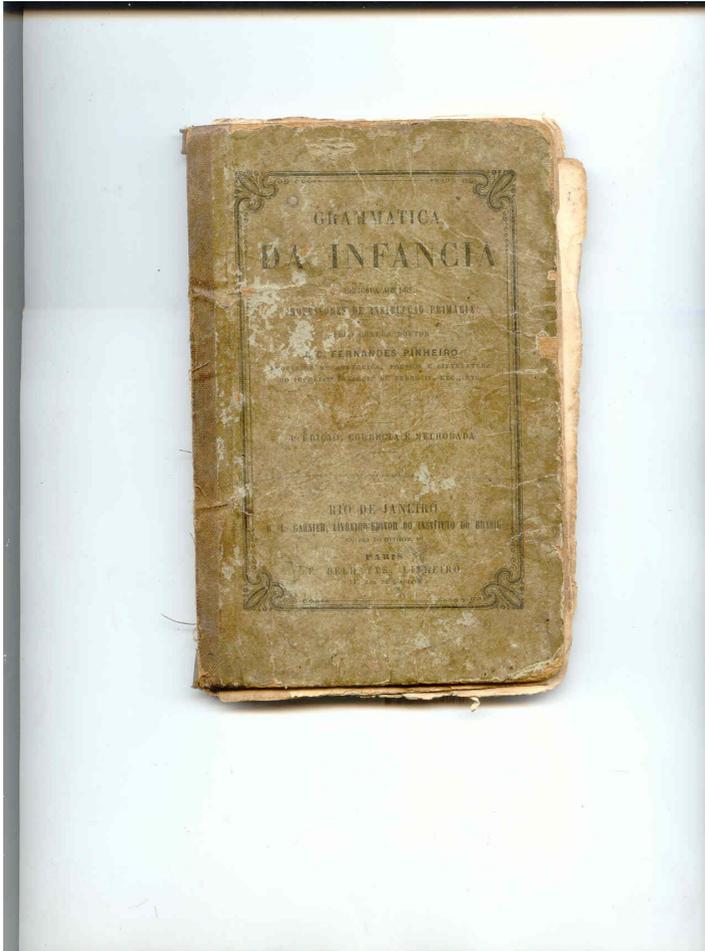
1. *Gramática da Infância*¹ – J. C. Fernandes Pinheiro

1.1. Dados sobre o autor

O cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876) lecionou Retórica, Poética e Literatura Nacional no Colégio de Pedro II, foi comendador da Ordem de Cristo e membro dos Institutos His-

¹Procedemos à atualização ortográfica para facilitar à leitura.

tóricos do Brasil e da França, da Academia das Ciências de Lisboa e Madri e da Sociedade Geográfica de Nova Iorque. Polígrafo de compêndios, escreveu, principalmente: *Catecismo da Doutrina Cristã* (1855), *Episódios da História Pátria Contados à Infância* (1860), *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), *Meandro Poético* (1864), *História Sagrada Ilustrada* (s/d), *Gramática Teórica e Prática da Língua Portuguesa* (com oito edições) e a obra em epígrafe.



1.2. Aos leitores

A *Gramática da Infância*, produzida em 1864 e com, pelo menos, quatro edições², é uma pequena gramática com 127 páginas, reunindo um “Aos leitores”, em que o autor explicita que a única coisa que tem na obra feito por si (lembremo-nos que se trata de um compêndio) é o método, já que, afirma, ter procurado *simplificar as regras gramaticais*.

Expressa que espera que sua inovação seja sancionada pela experiência e diz que seu método procura aliar teoria e prática, confiando muito mais nisso do que *n’esses arrojos de memória com que alguns preceptores pretendem iludir os incautos*. (p. 1). Mas que método é esse a que se refere o autor? O que seriam essas inovações?

Na tentativa de responder a essas perguntas, passemos, a seguir, à leitura do texto produzido pelo Dr. A. de Castro Lopes (professor da Escola Politécnica), à guisa de “Prefácio” em que apresenta uma minuciosa discussão acerca da obra, iniciando por uma crítica aos homens das Letras:

Com efeito, muito pendor, muita dedicação devem ter esses que no Brasil em uma época de mercantilismo, e a despeito da grita atordoadora com que nos salões de suas orgias a política, nova Mesalina, estraga e corrompe uma mocidade talentosa, ousam ainda compor livros, escrever compêndios, e curar da instrução pública. (p. 8)

Faz seu autor uma digressão nesse momento para criticar subliminarmente a sociedade, em especial, aqueles que se dedicam à política, mas que nada fazem à Educação:

É que esse santo fogo que os anima, e que para arrefecê-lo bastava a indiferença dos governos e a inveja de espíritos tacanhos, acha elementos para seu incremento n’aquele ILUSTRE BRASILEIRO³, que ama sinceramente as letras e protege seus sacerdotes.

Voltando a tratar da obra, destaca a importância de uma dirigida à infância, afirmando

² A obra estudada é a quarta edição.

³ Quer nos parecer que essa é uma forma irônica de ele se referir a D. Pedro II.

...ser repugnante ver meninos e meninas de 7,8 ou 9 anos, estudando tratados gramaticais da língua portuguesa, e carregando inutilmente a cabeça de um acervo ingente de definições metafísicas, que, ingeridas facilmente pela memória voraz da criança, são expelidas pela língua sem jamais se poder fazer a digestão cerebral. (p. 9)

Lembre-mo-nos aqui de que a criança começava a ser compreendida como tal, deixando de ser vista como adulto em miniatura.

E A. Castro continua apontando:

Cumpra que o menino aprenda gramática: mas a gramática que deve ser ensinada ao menino não é a mesma que deve aprender o adulto, o que já tem a inteligência desenvolvida pela idade, e mais ou menos enriquecida pelos variados conhecimentos adquiridos.

A sagacidade desse crítico pareceu-nos imensa. Quando nem se cogitava sobre a importância dos conhecimentos de mundo na compreensão da leitura, fazia ele uma afirmação dessa monta.

Depois dessa visão geral, vai, parte a parte, analisando a obra do Cômego, afirmando aqui e ali que "cada lição contém um pequeno número de regras, as principais e indispensáveis, relativas ao objeto da mesma lição marcadas com um algarismo".⁴

Especifica que se sentia feliz sempre que via em "obras elementares realizado o princípio de Jacotot com tão feliz artifício aplicado pelo grande Robertson".

J. Jacotot (1770-1840) foi filósofo, matemático, advogado e professor francês criador do método da "emancipação intelectual", baseado em três princípios:

- a) todos os homens têm inteligência igual;
- b) todos os homens recebem de Deus a faculdade de ser capazes de instruir-se;
- c) tudo está em tudo.

Afirmava Jacotot que o que diferencia os homens é o modo como cada um usa sua inteligência. No que concerne à linguagem,

⁴ Como veremos a seguir, ao final de cada tópico gramatical, o autor insere um questionário e exercícios.

por exemplo, dizia que se deveria oferecer ao estudante uma passagem de poucas linhas, encorajando o aluno a estudar primeiramente as palavras, depois as letras, então a gramática, depois o significado, para depois partir para a literatura de um modo geral. Esse seu método está exposto em *Enseignement Universel, Langue Maternelle* (Louvain and Dijon, 1823) e no *Journal de l'Émancipation Intellectuelle* (Achille Guillard, Paris, 1860).

Parece-nos que, realmente, a tentativa do Cônego foi esta: a de que a criança aprendesse uma coisa de cada vez, então, ao final de cada capítulo, para fixação, apresentava um questionário com perguntas relativas ao conteúdo, cujas respostas deveriam ser localizadas na exposição gramatical e meramente copiadas *ipsis litteris*, revelando a importância dada, na ocasião, à memorização do conteúdo. Lembremo-nos de que esse era o método escolástico, “tradicional” que atravessou séculos nas aulas de gramática.

Além disso, ao final de cada tópico gramatical uma grande lista de exercícios, objetivando a retenção do conteúdo, era oferecida aos alunos, talvez também seguindo os ditames de Robertson, cujo método era similar ao de Jacotot, mas aplicado ao aprendizado de uma segunda língua. Esse modelo estimulava o aprendizado na prática, através de atividades, por isso, a cada conteúdo gramatical ensinado uma lista de exercícios era apresentada, cujo tamanho foi crescendo ao longo da obra.

Sobre isso se refere o professor da escola politécnica:

Os exercícios são excelentes: abundantes de exemplos, em que se verificam as regras pouco antes expressas, além da *utilidade prática para o fim gramatical*, encerram a vantagem de versarem sobre variadíssimos assuntos, como sejam: história sagrada, história e geografia geral, e principalmente as do país (p. 12, grifos nossos)

Lembremo-nos de que na ocasião do surgimento desse compêndio, há pouco as obras adotadas haviam deixado de ser importadas da Europa e, praticamente na mesma ocasião, começaram a ser ensinados história e geografia de nossa pátria e a gramática nacional. Restaino (*op. cit.*) afirma que somente em 1856 que, no colégio de Pedro II, se usa o *Compêndio* de Cyrillo Dilermando. Antes disso, utilizavam-se em aulas os conhecimentos dos mestres transmitidos por

meio de ditados e apostilas, não havendo no Império obras didáticas brasileiras.

Voltando à nossa gramática, afirma o professor:

De uma atraente amenidade, e adequados a ambos os sexos, há n'esses exercícios sentenças. Máximas, reflexões, apotegmas, em suma, proposições, já do próprio autor, já de clássicos portugueses como Vieira, Camões, Bernardim Ribeiro, etc. as quais contendo verdades e doutrinas interessantes, é de toda a utilidade implantar no ânimo tenro das crianças. (p. 12)

Como já se falou, a escola era para meninos (e brancos) e as poucas mulheres que freqüentavam o ambiente escolar só chegavam às primeiras letras.

Vê-se também que o autor ressalta a formação do caráter, papel, como vimos, também delegado à escola.

Depois, continuando o prefácio, elogia as modificações introduzidas pelo autor na questão de verbo⁵ e nas "cerebrinas classificações de conjunções copulativas e disjuntivas e a introdução de um novo modo verbal: o modo condicional".⁶

Conclui seu prefácio dizendo que a obra apresentaria, no geral, a doutrina admitida e o que teria de mais importante era o fato de ter sido escrita em "estilo e frase a alcance das inteligências infantis, para as quais foi expressamente destinada". (p. 14).

Para finalizar a discussão acerca desse prefácio, faz-se importante sublinhar que, ao lê-lo, criamos a expectativa de que estaríamos à frente de uma obra bastante diferenciada das demais, mas não foi isso que constatamos. O que a diferencia é a maneira paulatina com que apresenta o conteúdo, a sumarização desse no final e a apresentação acumulativa e crescente dos exercícios.

Na realidade, por meio da análise do conteúdo gramatical da obra, percebemos ser seu autor seguidor das de orientação clássica, que compreendiam o conceito de gramática como "uma arte que en-

⁵ As quais, pouco notamos, como verão.

⁶ Aqui o autor inseria o Futuro de Pretérito e o Imperfeito do Subjuntivo.

sina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras". (p. 15). A definição de *gramática* como *arte* remonta à Antigüidade Clássica, Fávero (2001, p. 61) ensina:

Ars é tradução do grego. Aristóteles na Metafísica atribui ao termo o sentido de ofício, habilidade para se fazer algo, artesão é o que possui essa habilidade e conhece as coisas pelos efeitos, não pelas causas. Dionísio⁷ chamou sua obra de arte gramatical, por não ser ela especulativa e não prática. (...) A Gramática, a Retórica, a Poética, a Lógica, a Geometria, a Aritmética e a Astronomia são artes; a Matemática e a Física não o são, pois seu objeto é o necessário e elas não são instrumentais. (...)

E, de acordo com a autora, essas sete artes (as praticadas por homens livres, por isso *Artes Liberales*) constituíram o *curriculum* escolar durante séculos.⁸

Essa definição perdurou por muitos séculos⁹ em obras como essas. Nas gramáticas do século anterior, como por exemplo, na *Gramática Filosófica*, de Soares Barbosa (escrita século XVIII e com a 2ª edição datada de 1830), p. VIII pode-se ler: "A Gramática pois, que não é outra coisa, segundo temos visto, senão a "Arte, que ensina a pronunciar, escrever e falar corretamente qualquer língua (...)"

Continuando, Fernandes Pinheiro, nas pegadas das obras do século XVIII e essas ancoradas nas da Idade Média, divide a gramática em quatro partes: etimologia, sintaxe, prosódia e ortografia:

A divisão em quatro partes, a mesma que se encontra nos gramáticos do século anterior, Reis Lobato e Soares Barbosa [século XVIII] é herança da Idade Média (talvez Prisciano (...)) (FÁVERO, *op. cit.*, p. 65)

Isso se deve, possivelmente à sua bagagem cultural. Já vimos que nasceu no século XVIII. Educado, possivelmente, por religiosos, recebeu formação clássica e chegou, inclusive, a lecionar, além de gramática, filosofia.

⁷ "Dionísio o Trácio foi o verdadeiro organizador da arte da gramática na Antigüidade" (Neves, 1987, p.155). Ou seja, primeiro gramático grego.

⁸ Muitas dessas disciplinas foram lecionadas por anos sucessivos no Colégio de Pedro II.

⁹ Tendo sido abandonada somente no final do século XIX, com o desenvolvimento das ciências em geral e das ciências da linguagem, em especial.

Prosseguindo, por *etimologia* compreende a parte que traz a natureza das palavras e suas propriedades; por *sintaxe*, a que ensina coordenar com acerto a oração; por *prosódia*¹⁰, a que aponta a boa pronúncia das palavras; e por *ortografia*, a que mostra como escrever sem *erros* e empregar com *acerto* os sinais de pontuação. Chamamos atenção para o fato de que, na época, o caráter prescritivo da gramática era o vigente, ou seja sua função era a de ensinar a falar, como dizia Nebrija (1492), de acordo com os nobres:

Cuando bien conmigo pienso, mui esclarecida Reina, e pongo delante los ojos el antigüedad de todas las cosas que para nuestra recordación e memoria quedaron escritas, una cosa hallo e saco por conclusión mui certa: que siempre la lengua fue compañera del imperio (p. 6. edição de 1946)

Seguindo ainda a tradição greco-latina, o autor define oração como a reunião "de palavras com que enunciamos qualquer juízo". (p. 16).

Explica, na primeira parte de seu compêndio, na *Etimologia*, que as palavras que compõem a oração podem ser de dez espécies: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, particípio, preposição, advérbio, conjunção e interjeição. Atentamos aqui para dois fatos relevantes: de um lado, a proposta de inscrever as classes de palavras em dez categorias remete-nos às dez categorias de pensamento sugeridas por Aristóteles, na *Metafísica*; de outro, revela modernidade já que as obras do século XVIII, amparadas no modelo latino, desconSIDERAVAM o artigo e adjetivo e/ou pronome chegando a oito classes. Notemos que ele já os considera como classes gramaticais distintas do nome substantivo, como o fizera, anteriormente, por exemplo, o Prof. Coruja (1875), autor em que parece estar bastante calcado.

Na segunda parte de sua obra, que compreende a *Sintaxe*, rompe, algumas vezes com o postulado por suas antecessoras.

Inicia definindo oração ou período, informando "é a maneira de exprimir qualquer idéia, ou de comunicar aos outros os nossos pensamentos sobre qualquer coisa". (p. 103). Depois, de um lado, afirma que ela (a oração) compõe-se de três partes: sujeito, verbo e a-

¹⁰ Neste trabalho, somente as duas primeiras partes serão objeto de discussão.

tributo, contrariando os preceitos da gramática logicista, como, por exemplo, a de Port-Royal, onde se lê:

(...) como quando digo: A terra é redonda contém necessariamente dois termos: um chamado sujeito, que é aquele de que se afirma, como *terra*; e outro chamado atributo, que é o que se afirma, como *redonda*, além disso, a ligação entre esses dois termos, que é propriamente a ação de nosso espírito, que afirma o atributo do sujeito. (ARNAULD/ LANCELOT, 1992, p. 85)

Por outro lado, comungando novamente com os preceitos de gramática como arte de falar e escrever bem, traz sintaxe de regência, concordância e construção, seguindo as demais gramáticas de orientação filosófica, como, por exemplo, a de Soares Barbosa (1822). Finaliza o capítulo com sintaxe figurada, estudando as principais figuras de sintaxe.

Importa também especificar que o autor aproveita os exemplos e exercícios para, por meio deles, exercer outro importante papel que cabia à escola, tão divulgado na época, ou seja, além de ensinar, deveria ela também educar, inculcando nos jovens valores morais.

(...) no período em questão, houve entrosamento acentuado entre a vida intelectual e as preocupações político-sociais. As diretrizes respectivas – conforme as entreviam os nossos homens de então nos modelos franceses e ingleses – se harmonizavam pela confiança na força da razão, considerada tanto como instrumento de ordenação do mundo, quanto como modelo de uma certa arte clássica, abstrata e universal. A isto se juntavam: 1) o culto da natureza, (...) 2) o desejo de investigar o mundo (...) 3) finalmente, a aspiração à verdade, como descoberta intelectual, como fidelidade consciente ao natural, como sentimento de justiça na sociedade. (CÂNDIDO, 2000, p. 89)

Assim, deparamo-nos, em cada rol de exercícios, ao final dos tópicos gramaticais, com asserções como as abaixo:

É de nosso dever socorrer os pobres. (p. 29)

Jesus Cristo, Senhor Nosso, morreu para nos salvar (p. 29)

Leve e suave é a obrigação de obedecermos a nossos pais (p. 31)

Seus dias eram contados por suas virtudes (p. 35)

Ter juízo é a maior de todas as riquezas. (p. 45)

Como pudemos perceber, o que a *Gramática da Infância*, do Cônego Pinheiro, poderia trazer de “novo” era o método, em que se-

guia Jacotot, apresentando paulatinamente o conteúdo. Se esse foi uma boa escolha, se frutificou, se facilitou seu trabalho, frente às dificuldades com que se deparava, com a vinda de um novo tipo de alunos, não sabemos, não temos nenhum testemunho nesse sentido, mas podemos afirmar que a leitura desse *Compêndio* mostrou-nos que discussões como tais são bastante antigas. Resta-nos, então, procurar trazer essas reflexões para nossa sala de aula, aparar arestas, adaptá-las à nossa realidade, à nossa sociedade. Cabe-nos, portanto, recordar a história para alinhavar sentidos, na tentativa de amenizar dificuldades que atravessam séculos no ensino da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNAULD & LANCELOT *Gramática de Port-Royal Gramática Geral e Razoada*. Trad. Bruno F. Bassetto e Henrique G. Muracho – São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. São Paulo: Unicamp, 2001.

CÂNDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CORUJA, *Compêndio de gramática da língua nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Esperança, 1875.

FÁVERO, L. L. O ensino no Império – 1837-1867 – Trinta anos do Imperial Colégio de Pedro II. In: ORLANDI & _____. *Gramática é a arte...* – In: *História das ideias linguísticas; construção do saber metalinguístico e da constituição da língua nacional*. Cuiabá: Unemat, 2001

FIGUEIREDO, C. *Gramática das crianças*. 1. ed. Lisboa: Clássica, 1918.

GUILLARD, A. Biographie of Jacotot. *Journal de l'émancipation intellectuelle*. Paris, 1860.

GUIMARÃES (Orgs.). *Institucionalização dos estudos de linguagem*. Campinas, 2002.

JACOTOT, J. *Enseignement universel (universal education) langue maternelle*. Louvain and Dijon, 1823.

- NEBRIJA, E. A. *Gramática castelana*. 6. ed. Madrid: Fundación Antonio de Nebrija, 1946.
- NEVES, M. H. M. *Em defesa de uma gramática que funcione*. São Paulo: Contexto, 1987.
- PINHEIRO, J. C. *Grammatica da infância*. Rio de Janeiro: Garnier, 1864.
- RESTAINO, H.C. A trajetória do ensino de língua portuguesa e de leitura na escola da República Velha. *Anais do 15º Congresso de Leitura do Brasil*, 2009.
- SILVA, J. N. S. A língua brasileira. *O Guanabara*. Rio de Janeiro, 1855. In: *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Org. por SOUZA, R. A. Rio de Janeiro: Zé Mário, 2002.
- VASCONCELLOZ, A. G. R. *Grammatica portugueza*. Paris: Aillaud e C. 1909.
- VIANA, M. G. *A arte da leitura*. Porto: Educação Nacional, 1949.